

2018

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONSOLIDADAS**

MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

ÓBIDOS CRIATIVA – E.M.

OBITEC-ASSOCIAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓBIDOS



**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONSOLIDADAS**

ANO 2018

APROVAÇÃO CÂMARA: 14/06/2019 ASSEMBLEIA: 27/06/2019

Handwritten signature

BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO 2018

Município de Óbidos
Óbidos Criativa - EEM
Obitec - Associação Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		AB	N A/P	AL	N-1 AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451 - POCAL	Terrenos e recursos naturais	196 183,85 €	0,00 €	196 183,85 €	196 183,85 €
452 - POCAL	Edifícios	23 518,33 €	4 872,25 €	18 646,08 €	19 852,30 €
453 - POCAL	Outras construções e infra-estruturas	38 193 147,41 €	12 365 635,11 €	25 827 512,30 €	28 879 890,96 €
455 - POCAL	Bens do património histórico, artístico e cultural	209,20 €	0,00 €	209,20 €	209,20 €
459 - POCAL	Outros bens de domínio público	11 285,46 €	1 660,43 €	9 625,03 €	10 176,35 €
445 - POCAL	Imobilizações em curso	1 837 008,28 €	0,00 €	1 837 008,28 €	66 681,55 €
446 - POCAL	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		40 261 352,53 €	12 372 167,79 €	27 889 184,74 €	29 172 994,21 €
	Imobilizações incorpóreas				
431 - POCAL/POC	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432 - POCAL/POC	Despesas de investigação e de desenvolvimento	596 271,69 €	509 982,56 €	76 289,13 €	169 289,30 €
433 - POCAL/POC	Propriedade industrial e outros direitos	504 585,25 €	233 316,52 €	271 268,73 €	277 833,34 €
443 - POCAL/POC	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		1 090 856,94 €	743 299,08 €	347 557,86 €	447 122,64 €
	Imobilizações corpóreas				
421 - POCAL/POC	Terrenos e recursos naturais	15 716 027,27 €	0,00 €	15 716 027,27 €	15 615 777,27 €
422 - POCAL/POC	Edifícios e outras construções	43 154 235,66 €	4 327 330,85 €	38 826 904,81 €	39 766 266,51 €
423 - POCAL/POC	Equipamento básico	5 065 960,88 €	4 685 719,73 €	380 241,15 €	440 135,23 €
424 - POCAL/POC	Equipamento de transporte	1 091 334,25 €	955 205,66 €	136 128,59 €	68 204,37 €
425 - POCAL/POC	Ferramentas e utensílios	192 596,28 €	181 565,40 €	11 030,88 €	13 133,77 €
426 - POCAL/POC	Equipamento administrativo	2 981 990,33 €	2 908 595,36 €	73 394,97 €	260 212,77 €
427 - POCAL/POC	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429 - POCAL/POC	Outras imobilizações corpóreas	1 314 618,39 €	1 041 896,20 €	272 722,19 €	330 360,90 €
442 - POCAL/POC	Imobilizações em curso	404 447,06 €	0,00 €	404 447,06 €	24 296,63 €
448 - POCAL/POC	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		69 921 210,12 €	14 100 313,20 €	56 820 896,92 €	56 518 387,45 €
	Investimentos financeiros				
411 - POCAL/POC	Partes de capital	508 553,80 €	0,00 €	508 553,80 €	508 553,80 €
412 - POCAL/POC	Obrigações e títulos de participação	324 774,00 €	0,00 €	324 774,00 €	505 204,66 €
414 - POCAL/POC	Investimentos em imóveis	766 000,00 €	0,00 €	766 000,00 €	0,00 €
415 - POCAL/POC	Outras aplicações financeiras	232,20 €	0,00 €	232,20 €	0,00 €
441 - POCAL/POC	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	696 613,25 €
447 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		1 599 560,00 €	0,00 €	1 599 560,00 €	1 710 371,71 €
	Circulante:				
	Existências:				
36 - POCAL/POC	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	263 458,09 €	0,00 €	263 458,09 €	306 970,01 €
35 - POCAL/POC	Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
34 - POCAL/POC	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
33 - POCAL/POC	Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
32 - POCAL/POC	Mercadorias	393 089,73 €	0,00 €	393 089,73 €	406 744,95 €
37 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de compras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		656 547,82 €	0,00 €	656 547,82 €	713 714,96 €
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28 - POCAL	Empréstimos concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
211 - POCAL/POC	Clientes c/c	277 386,31 €	0,00 €	277 386,31 €	420 940,81 €
212 - POCAL/POC	Contribuintes c/c	1 763,03 €	0,00 €	1 763,03 €	588 898,99 €
213 - POCAL	Utentes c/c	829 060,09 €	0,00 €	829 060,09 €	1 195 549,13 €
218 - POCAL/POC	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 061 318,45 €	820 061,65 €	1 241 256,80 €	0,00 €
251 - POCAL	Devedores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
24	Estado e outros entes públicos	21,73 €	0,00 €	21,73 €	22 051,80 €
264	Administração autárquica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	573 811,84 €
262+263+267+268	Outros devedores	1 879 837,56 €	0,00 €	1 879 837,56 €	249 055,98 €
		5 049 387,17 €	820 061,65 €	4 229 325,52 €	3 050 308,35 €
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
152	Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
153	Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
159	Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1 406 564,11 €	0,00 €	1 406 564,11 €	1 664 751,06 €
11	Caixa	2 683,42 €	0,00 €	2 683,42 €	3 299,77 €
		1 409 247,53 €	0,00 €	1 409 247,53 €	1 668 050,83 €
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	1 028 142,81 €	0,00 €	1 028 142,81 €	1 161 107,79 €
272	Custos diferidos	5 731 951,59 €	0,00 €	5 731 951,59 €	5 726 575,35 €
		6 760 094,39 €	0,00 €	6 760 094,39 €	6 887 683,14 €
	Total das Amortizações		27 215 780,07 €		
	Total das Provisões		820 061,65 €		
	Total do ACTIVO	126 748 256,50 €	28 835 841,72 €	98 712 414,78 €	100 168 633,29 €

AB - Activo Bruto

A/P/A - Amortizações e provisões acumuladas/Amortizações e ajustamentos acumulados

AL - Activo Líquido

CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	Fundos próprios:		
51	Património	40 804 841,60 €	40 804 841,60 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00 €	0,00 €
56	Reservas de reavaliação	0,00 €	0,00 €
	Reservas:		
571	Reservas legais	2 420 988,19 €	2 420 988,19 €
572	Reservas estatutárias	0,00 €	0,00 €
573	Reservas contratuais	0,00 €	0,00 €
574	Reservas livres	0,00 €	0,00 €
575	Subsídios	0,00 €	0,00 €
576	Doações	7 852,70 €	7 852,70 €
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00 €	0,00 €
	Outras variações nos capitais próprios	0,00 €	0,00 €
58	Resultados transitados	19 225 785,05 €	21 688 683,67 €
		62 459 467,54 €	64 922 366,36 €
	Diferença de Consolidação	4 702 851,45 €	4 722 902,11 €
88	Resultado líquido em exercício	-446 020,95 €	-1 465 648,59 €
	Interesses Minoritários	453 118,05 €	457 204,77 €
	Total dos Fundos Próprios	67 169 416,09 €	68 636 824,65 €
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	768 442,53 €	730 251,77 €
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	4 962 276,79 €	5 821 574,68 €
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		0,00 €
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00 €	740 293,24 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00 €	0,00 €
221	Fornecedores c/c	79 557,79 €	600 345,14 €
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	422 111,96 €	90 653,22 €
252	Credores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00 €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00 €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	1 840,91 €	46 375,27 €
24	Estado e outros entes públicos	186 904,19 €	151 135,75 €
264	Administração autárquica	0,00 €	0,00 €
262-263-267-268	Outros credores	840 006,28 €	962 924,63 €
222-2612-262	Garantias e Cauções	44 485,33 €	2 000,00 €
		7 305 625,78 €	9 145 553,70 €
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1 480 017,63 €	1 475 480,86 €
274	Proveitos diferidos	22 757 355,28 €	20 910 774,08 €
		24 237 372,91 €	22 386 254,94 €
	Total do PASSIVO	31 542 998,69 €	31 531 808,64 €
	Total dos FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	98 712 414,78 €	100 168 633,29 €

Órgão Executivo

Em ___/___/___

Órgão Deliberativo

Em ___/___/___

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2018

Município de Óbidos
 Óbidos Criativa - EEM
 Obitec - Associação Ciência e Tecnologia

Código das Contas	Descrição	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	188 417,82	305 968,45
	Mercadorias	16 808,05	35 422,81
	Matérias	171 609,77	270 545,64
62	Fornecimentos e serviços externos:	6 102 464,54	5 288 041,39
	Custos com o pessoal:	5 768 209,42	5 618 763,33
641+642	Remunerações	4 744 231,15	4 585 805,81
643 a 648	Encargos sociais	1 023 978,27	1 032 957,52
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	988 596,63	531 818,50
66	Amortizações do exercício	2 483 673,62	2 603 231,99
67	Provisões do exercício	58 910,97	142 289,12
65	Outros custos operacionais	79 648,82	54 472,02
	(A)	15 669 921,82	14 544 584,80
68	Custos e perdas financeiros	115 195,67	140 998,77
	(C)	15 785 117,49	14 685 583,57
69	Custos e perdas extraordinários	896 293,30	1 454 810,12
	(E)	16 681 410,79	16 140 393,69
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	19 756,87	16 855,84
	(G)	16 701 167,66	16 157 249,53
88	Resultado líquido do exercício.....	-445 914,67	-1 464 716,75
	Resultado líquido do Município	-446 020,95	-1 465 648,59
	Resultado líquido Interesses Minoritários	106,28	931,84
		16 255 252,99	14 692 532,78
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:	7 078 867,50	4 821 143,28
7111	Venda de mercadorias	0,00	0,00
7112+7113	Venda de produtos	3 132 108,32	655 471,34
712	Prestações de serviços	3 946 759,18	4 165 671,94
72	Impostos e taxas	4 413 158,21	4 744 950,86
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	3 880 364,79	3 817 016,25
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	198 281,85	150 132,71
	(B)	15 570 672,35	13 533 243,10
78	Proveitos e ganhos financeiros	7 555,31	7 468,16
	(D)	15 578 227,66	13 540 711,26
79	Proveitos extraordinários	677 025,33	1 151 821,52
	(F)	16 255 252,99	14 692 532,78
	Resultados Operacionais (B) - (A)	-99 249,47	-1 011 341,70
	Resultados financeiros ((D) - (B)) - ((C) - (A))	-107 640,36	-133 530,61
	Resultados correntes (D) - (C)	-206 889,83	-1 144 872,31
	Resultados antes de impostos (F) - (E)	-426 157,80	-1 447 860,91
	Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)	-445 914,67	-1 464 716,75
	Resultado atribuível ao Município	-446 020,95	-1 465 648,59
	Resultado atribuível a Interesses Minoritários	106,28	931,84

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Denominação	NIPC	Sede	Capital social	Detenção de capital	N.º médio de trabalhadores	Motivos da inclusão	Observações
Município de Óbidos	506802698	Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos	-	-	276	Art.º 46.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2007; Ponto 5.3 da Orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Entidade-mãe
Óbidos Criativa-EM	507566343	Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos	1 137 886,00	100%	28	Art.º 46.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2007; Ponto 5.3 da Orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Entidade controlada
Obitec - Associação Ciência e Tecnologia	509016715	Casa do Largo da Porta da Vila 2510 - 086 Óbidos	345 700,00	97%	3	Art.º 46.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2007; Ponto 5.3 da Orientação n.º 1/2010, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho	Entidade controlada

b) Entidades participadas excluídas no perímetro de consolidação

Denominação	NIPC	Sede	Capital social	Detenção de capital	Motivos da exclusão	Observações
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21 – r/c 600-693 GUARDA	83.759.578,00 €	0,44%	Participação do município inferior a 100%	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	514387130	Fábrica de Água de Alcântara Avenida de Ceuta 1300-254 LISBOA	113.527.680,00€	0,12%	Participação do município inferior a 100%	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Trevoeste-Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S.A.	507131339	Edifício Merco Alcobaça Av. Prof. Joaquim Vieira Natividade 2460-071 Alcobaça	1 650 805,00	0,31%	Participação do município inferior a 100%	O Município não exerce controlo sobre a entidade
Centro Operativo e Tecnológico Hortícola Nacional	505813238	Estrada de Leiria 2461-997 Alcobaça	72 250,00	2,02%	Participação do município inferior a 100%	O Município não exerce controlo sobre a entidade

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	500965315	Rua Coronel Soeiro de Brito-Apartado 19 2504-909 Caldas da Rainha	21 537 020,00	0,0023%	Participação do município inferior a 100%	O Município não exerce controlo sobre a entidade
---	-----------	--	---------------	---------	---	--

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

- a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as demonstrações financeiras (DF's) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) **Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) **Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa;**

Em 2018 não houve alterações a registar.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) **Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas das DF's, tendo em vista:

- i) A eliminação das participações financeiras e sua substituição pelos ativos e passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre as mesmas entidades.

- b) **Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

As diferenças de consolidação no montante de 4.702.851,45€ resultam da aplicação do método da consolidação integral, pela correção da participação de capital, reservas e resultados transitados entre entidades consolidante e consolidadas.

- c) **Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos na património, na posição**

financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. Instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Todas as operações recíprocas entre as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

- h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 51.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com seguinte mapa:

Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio e longo prazos			
	Município de Óbidos	Óbidos Criativa	Obitec	Total
Dívidas a instituições de crédito	4 962 276,79	0,00	0,00	4 962 276,79
Total	4 962 276,79	0,00	0,00	4 962 276,79

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Rubrica patrimonial/Entidade credora	Total consolidado
Dívidas a instituições de crédito	
Caixa Geral de Depósitos	363 570,97
Caixa Geral de Depósitos - PAEL	2 089 832,03
Banco BPI	1 769 214,34
BBVA	382 814,03
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	356 845,42
Total	4 962 276,79

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações (art.º 75.º, n.º 7, do RFAL), desagregada por tipo.

A descrição dos saldos e fluxos financeiros consta do mapa denominado “Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais”.

Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos					Obrigações/pagamentos				
	Saldo inicial	Proveitos do exercício	Anulações do exercício	Receb. do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Custos do exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
Entidades consolidadas						Município				
Venda de produtos	-	37 500		37 500	-	-	-		-	-
Prestações de serviços	-	0		0	-	-	-		-	-
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	-	0		0	-	-	37 500		37 500	-
Outros proveitos e ganhos operacionais	-	0	-	0	-	-	0	-	0	-

6. Informações relativas a compromissos:

- a) **Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;**

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do grupo municipal encontram-se apresentados no balanço consolidado.

- b) **Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais com indicação da norma legal habilitante;**

Não aplicável.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) **Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:**

Na produção das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

O ativo **imobilizado** foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Aquando do desconhecimento do custo de aquisição ou de produção, os bens do ativo imobilizado foram avaliados segundo o seu valor patrimonial.

As **existências** foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

Para cálculo das **amortizações** do imobilizado foi utilizado o método das quotas constantes, sendo que a quota anual de amortização foi determinada pela aplicação das taxas definidas pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE).

Para efeitos de constituição de **provisões** para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas em mora há mais de seis meses. O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas foi determinado de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

- b) **Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.**

Não aplicável.

8. Informações relativas a determinadas rubricas:

- a) **Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;**

O valor da rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento refere-se a estudos e projetos municipais no âmbito do ordenamento do território, suportados pelo Município.

- b) **Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;**

ATIVO BRUTO									
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferên	Abates	Doações e transf.	Ajustamento de consolidação	Saldo Final
Bens do Domínio Público	38 939 044,51	0,00	1 333 568,92	0,00	11 260,90	0,00	0,00	0,00	40 261 352,53
Imobilizações Incorpóreas	1 087 708,54	0,00	3 148,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 090 856,94
Imobilizações Corpóreas	69 478 928,36	0,00	499 366,28	58 816,54	1 732,02	0,00	0,00	0,00	69 921 210,12
Investimentos Financeiros	2 176 876,66	0,00	766 000,00	0,00	180 430,66	0,00	0,00	-1 162 886,00	1 599 560,00
	111 682 558,07	0,00	2 602 083,60	58 816,54	193 423,58	0,00	0,00	-1 162 886,00	112 872 979,59

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

- c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

- d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justifiquem;**

Não aplicável.

- e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço de mercado;**

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

- i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

- j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;**

Descrição	Valor consolidado
Vendas	3 132 108,32
Água	2 909 456,49
Refeições	118 683,47
Merchandising	32 968,36
Venda de lotes/direito de superfície	0,00
Outros	71 000,00
Prestação de Serviços	3 946 759,18
Saneamento	504 852,44
Resíduos Sólidos	413 964,58
Aluguer de contador	285 851,60
Transportes escolares	1 300,20
Outros transportes	1 050,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

Trabalhos por conta de particulares	4 589,20
Cemitérios	2 687,00
Piscinas/Complexo Desportivo	155 349,77
Fotocópias/livros e documentação técnica	199,64
Educação/Crescer Melhor	101 982,55
Rendas comerciais	8 748,40
Rendas de habitação	9 291,06
Alugueres e concessões	1 026 910,19
Eventos	1 249 592,80
Formações/workshops	4 734,29
Outras	175 655,46
TOTAL	7 078 867,50

- k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;**

Entidade	Remunerações	
	Órgão executivo	Órgão de fiscalização
Município de Óbidos	119 644,23	8 610,00
Óbidos Criativa-EM	46 419,64	5.400,00
Obitec	0,00	0,00
TOTAL	166 063,87	14 010,00

- l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;**

Não aplicável.

- m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;**

Não aplicável.

- n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

- o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;**

Custos e Perdas		Proveitos e Ganhos	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Juros suportados	111 968,55	Juros obtidos	0,00
Perdas em entidades participadas	0,00	Ganhos em entidades participadas	7 555,31
Amortizações investimentos em imóveis	0,00	Rendimentos de imóveis	0,00
Provisões para aplicações financeiras	0,00	Rendimentos participações de capital	0,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2018

Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	Desc. Ppo obtidos	0,00
Outros custos e perdas financeiras	3 227,12	Ganhos na alienação aplic. Tesouraria	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	-107 640,36	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00
TOTAL	7 555,31		7 555,31

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADOS

Custos e Perdas		Proveitos e Ganhos	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Transferências de capital concedidas	636 228,50	Restituição de impostos	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	Recuperação de dívidas	0,00
Perdas em existências	0,00	Ganhos em existências	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	Ganhos em imobilizações	6 500,00
Multas e penalidades	120,00	Benefícios penal. Contratuais	54 544,91
Aumentos amortizações provisões	0,00	Reduções amort. Provisões	48 641,42
Correções rel. Exec. Anteriores	0,03	Correções relat. Exerc. Anteriores	25 720,56
Outros custos e perdas extraordinários	259 944,80	Outros prov. Ganhos extraordinários	541 588,84
		Correções relativas à Reconciliação Pocal/Patrimônio	29,60
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-219 268,00		
TOTAL	677 025,33		677 025,33

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

PROVISÕES	Saldo inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de consolidação	
					Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	868 703,07	0,00	48 641,42	0,00	820 061,65
Provisões para riscos e encargos	723 833,42	44 609,11	0,00	0,00	768 442,53
Total de Provisões	1 592 536,49	44 609,11	48 641,42	0,00	1 588 504,18

O aumento das provisões para riscos e encargos está associado aos processos judiciais em curso que o Município detém, enquanto as provisões para cobranças duvidosas dizem respeito dívidas de terceiros em mora relativos à cobrança de águas e ensino.

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos;

BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINACEIRA	
Descrição	Valor contabilístico
Citroen C3 1.6 blue HDI 75 Feel	13 872,78
Dacia Duster 4x4 Black Shadow DCI 110	21 397,64
Retroescavadora Caterpillar 428F2 EX	35 531,56
	70 801,98

- s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

9. Informações diversas:

- a) Outras informações exigidas por diplomas legais;**

Não aplicável.

- b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

Não aplicável.

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

Aprovadas as Contas individuais do Município de Óbidos, da empresa municipal Óbidos Criativa-EEM e da Obitec-Associação Ciência e Tecnologia, para cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, elabora-se a prestação de contas municipais consolidada, a submeter à aprovação do órgão executivo e posterior apreciação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do referido diploma legal.

A consolidação de contas nos municípios assume-se indispensável para melhorar a informação prestada pela administração local e tem como objetivo a elaboração de demonstrações financeiras do conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Fazem parte integrante da prestação de contas consolidadas de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivos anexos, o presente relatório de gestão e a certificação legal das contas consolidadas.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em conformidade com o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com os pontos 4 e 5 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, o grupo público municipal para efeitos de contas consolidadas abrange:

- o **Município de Óbidos**;
- a **Óbidos Criativa, EEM**, empresa municipal, detida a 100% pelo Município de Óbidos
- a **Obitec – Associação Ciência e Tecnologia**, associação detida em 97% pelo Município de Óbidos.

Não fazem parte do grupo público municipal:

- a **Águas do Vale do Tejo, S.A.**, participação de 0,44%;
- a **Águas do Tejo Atlântico, S.A.**, participação de 0,12%;
- a **Trevoeste, S.A.**, participação de 0,31%;
- a **Caixa Crédito Agrícola Mútuo Caldas da Rainha, Óbidos Peniche**, participação de 0,0023%;
- o **Centro Operativo e Tecnológico Horticultura Nacional (COTHN)**, participação de 2,02%;

Com efeito, uma vez que o Município de Óbidos não detém a totalidade do capital destas empresas e não detém controlo sobre aquelas entidades, ficam excluídas da obrigatoriedade de consolidação de contas.

MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Tendo em atenção as participações de capital do Município nas entidades consolidadas, foi adotado o método da consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Após a integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, evitando-se assim a duplicação de valores, e são atribuídos os interesses minoritários, ou seja, a parte que a entidade consolidante não controla das participadas. Deste modo, poder-se-á afirmar que as demonstrações financeiras consolidadas de um grupo, são demonstrações financeiras como se de uma única entidade se tratasse.

BALANÇO CONSOLIDADO

Un: Euros

Descrição	2018	2017	Variação
ATIVO			
Imobilizado	85 657 199,52	87 848 876,01	-2,49%
Bens de domínio público	27 889 184,74	29 172 994,21	-4,40%
Imobilizações incorpóreas	347 557,86	447 122,64	-22,27%
Imobilizações corpóreas	55 820 896,92	56 518 387,45	-1,23%
Investimentos financeiros	1 599 560,00	1 710 371,71	-6,48%
Existências	656 547,82	713 714,96	-8,01%
Dívidas de terceiros - curto prazo	4 229 325,52	3 050 308,35	38,65%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa	1 409 247,53	1 668 050,83	-15,52%
Acréscimos e diferimentos	6 760 094,39	6 887 683,14	-1,85%
TOTAL DO ATIVO	98 712 414,78	100 168 633,29	-1,45%
FUNDOS PRÓPRIOS			
Património	40 804 841,60	40 804 841,60	0,00%
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	100,00%
Reservas	2 428 840,89	2 428 840,89	0,00%
Resultados transitados	19 225 785,05	21 688 683,87	-11,36%
Diferenças de consolidação	4 702 851,45	4 722 902,11	100,00%
Resultado líquido do exercício	-446 020,95	-1 465 648,59	-69,57%
Interesses minoritários	453 118,05	457 204,77	100,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	67 169 416,09	68 636 824,65	-2,14%
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	768 442,53	730 251,77	5,23%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	4 962 276,79	5 821 574,68	-14,76%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1 574 906,46	2 593 727,25	-39,28%
Acréscimos e diferimentos	24 237 372,91	22 386 254,94	8,27%
TOTAL DO PASSIVO	31 542 998,69	31 531 808,64	0,04%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	98 712 414,78	100 168 633,29	-1,45%

Fonte: Balanço do Município de Óbidos e Relatório, Contas da Óbidos Criativa-EEM E Contas da Obitec 2018

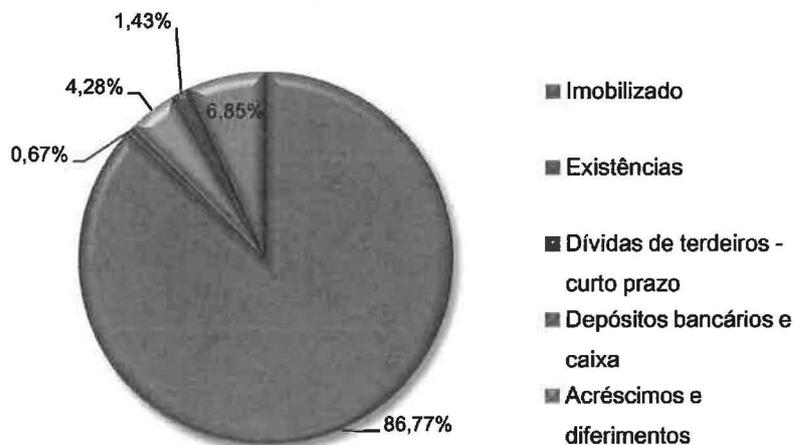
O Balanço consolidado espelha a situação patrimonial do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2018, evidenciando a sua posição financeira. Ou seja, o Balanço Consolidado reflete o valor e a natureza dos bens e dos direitos (Ativo), bem como o valor e a natureza das obrigações perante terceiros (Passivo). A diferença entre estes dois agregados designa-se por Fundos Próprios, e demonstra o património e os resultados que o grupo municipal tem acumulado ao longo dos exercícios económicos.

O Balanço consolidado evidencia um **Ativo líquido total de 98.712.414,78€**, constituído maioritariamente por ativos imobilizados, cujo valor ascende a 85.657.199,52€.

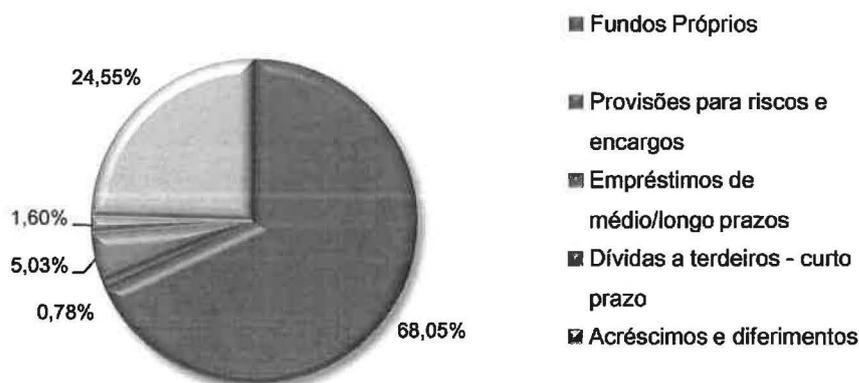
Considerando o valor do Ativo inscrito no balanço individual do Município de Óbidos, podemos verificar que ressalta desde logo o peso da influência deste, enquanto entidade consolidante, no valor global do Ativo consolidado, assumindo uma representatividade de 93% (93.066.206,98€).

No que respeita aos **Fundos Próprios**, estes são constituídos principalmente pelo Património do grupo municipal.

Peso por rubrica do ATIVO



Peso por rubrica dos FUNDOS PRÓPRIOS e PASSIVO



Un: Euros

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	2018
RECEBIMENTOS	
Saldo inicial	1 656 410,56
Receitas orçamentais	18 374 459,53
Correntes	16 227 610,27
Capital	988 219,28
Outras	33 135,03
Operações de Tesouraria	1 125 494,95
PAGAMENTOS	
Despesas orçamentais	18 621 622,56
Correntes	14 033 414,22
Capital	3 511 987,48
Operações de Tesouraria	1 076 220,86
Saldo final	1 409 247,53

Fonte: Resumo dos Fluxos de Caixa do Município de Óbidos, Relatório e Contas da Óbidos Criativa-EEM e da Obitec 2018

O mapa dos fluxos de caixa consolidados refletem os movimentos financeiros do grupo municipal ocorridos na gerência de 2018. Do total dos fluxos orçamentais, cerca de 52% respeitam a movimentos relativos à entidade consolidante – Município de Óbidos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Un: Euros

Descrição	2018	2017	Varição
CUSTOS E PERDAS			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	188 417,82	305 968,45	-38,42%
Fornecimentos e serviços externos	6 102 464,54	5 288 041,39	15,40%
Custos com o pessoal	5 768 209,42	5 618 763,33	2,66%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	988 596,63	531 818,50	85,89%
Amortizações do exercício	2 483 673,62	2 603 231,99	-4,59%
Provisões do exercício	58 910,97	142 289,12	-58,60%
Outros custos e perdas operacionais	79 648,82	54 472,02	46,22%
(A)	15 669 921,82	14 544 584,80	7,74%
Custos e perdas financeiros	115 195,67	140 998,77	-18,30%
(C)	15 785 117,49	14 685 583,57	7,49%
Custos e perdas extraordinários	896 293,30	1 454 810,12	-38,39%
(E)	16 681 410,79	16 140 393,69	3,35%
Imposto estimado	19 756,87	16 855,84	17,21%
(G)	16 701 167,66	16 157 249,53	3,37%
Resultado Líquido do Exercício	-445 914,67	-1 464 716,75	-69,56%
	16 255 252,99	14 692 532,78	10,64%

RELATÓRIO DE GESTÃO – CONTAS CONSOLIDADAS 2018

PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e prestações de serviços	7 078 867,50	4 821 143,28	46,83%
Impostos e taxas	4 413 158,21	4 744 950,86	-6,99%
Variação da produção	0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a ppa entidade	0,00	0,00	0,00%
Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00%
Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	3 880 364,79	3 817 016,25	1,66%
Outros proveitos e ganhos operacionais	198 281,85	150 132,71	32,07%
	(B) 15 570 672,35	13 533 243,10	15,05%
Proveitos e ganhos financeiros	7 555,31	7 468,16	1,17%
	(D) 15 578 227,66	13 540 711,26	15,05%
Proveitos extraordinários	677 025,33	1 151 821,52	-41,22%
	(F) 16 255 252,99	14 692 532,78	10,64%
Resultados Operacionais (B-A)	-99 249,47	-1 011 341,70	-90,19%
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	-107 640,36	-133 530,61	-19,39%
Resultados Correntes (D-C)	-206 889,83	-1 144 872,31	-81,93%
Resultados antes de impostos (F-E)	-426 157,80	-1 447 860,91	-70,57%
Resultado Líquido do Exercício	-445 914,67	-1 464 716,75	-69,56%
Resultado atribuível ao Município	-446 020,95	-1 465 648,59	-69,57%
Resultado atribuível a Interesses Minoritários	106,28	931,84	-88,59%

Fonte: Demonstração de Resultados do Município de Óbidos, Relatório e Contas da Óbidos Criativa-EEM e Contas da Obitec 2017

A Demonstração de Resultados Consolidada coloca em evidência os resultados alcançados pelo grupo municipal, balanceando os custos e os proveitos ocorridos ao longo do exercício de 2018. Para o resultado líquido concorrem os resultados negativos do Município de Óbidos (entidade mãe) e o resultado líquido positivo da Óbidos Criativa-EEM (entidade consolidada) e da Obitec (entidade consolidada).

INDICADORES DE GESTÃO CONSOLIDADOS

INDICADORES FINANCEIROS		2018	Observações	
Sustentabilidade e a MLP	Solvabilidade	Fundos Próprios/ Passivo	212,95%	Mede a capacidade de solver a totalidade do Passivo (curto, médio e longo prazo), pondo em destaque o grau de independência do grupo municipal face aos seus credores
	Autonomia financeira	Fundos Próprios/ Ativo Líquido	68,05%	Compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quanto maior o valor do rácio, menor a dependência do grupo municipal face a financiamentos externos
Equilíbrio curto prazo	Liquidez Geral	Ativo circulante/ Passivo circulante	4,1	Mede a capacidade da entidade em fazer face aos compromissos de curto prazo (>1)
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/ Passivo circulante	0,9	

RELATÓRIO DE GESTÃO – CONTAS CONSOLIDADAS 2018

Endividamento	Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	31,95%	Mede o peso dos capitais alheios
	Endividamento MLP	Dívidas MLP/ Ativo líquido	5,03%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP
Estrutura de custos	Peso Despesas com pessoal	Custos com pessoal/Total custos	35,49%	Mede o peso das despesas com o pessoal no total dos custos
	Peso transferências e subsídios	Transferências e subsídios/Total custos	6,08%	Mede o peso das transferências e subsídios no total dos custos
	Peso FSE	FSE/Total custos	37,54%	Mede o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos
	Peso custos financeiros	Custos financeiros/ Total custos	0,71%	Mede o peso dos custos financeiros no total dos custos

Os indicadores financeiros consolidados revelam a tendência já apresentada aquando da prestação de contas individuais, seja pela demonstração do fraco grau de endividamento do grupo municipal, seja pelos elevados rácios de solvabilidade e autonomia financeira. Também a liquidez geral demonstra a tranquilidade no equilíbrio de tesouraria de curto prazo do grupo municipal.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



SOCIEDADE
DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

REVISÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIO DE 2018



SOCIEDADE
DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Óbidos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 98.712.414,78 euros e um total de fundos próprios de 67.169.416,09 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 446.020,95 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Óbidos em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfases

A certificação legal das contas individuais do Município de Óbidos inclui uma ênfase devido ao facto de existir um litígio com a entidade Águas do Oeste, SA (atualmente Águas do Vale do Tejo, SA) em que esta reclama junto do Município de Óbidos o pagamento total aproximado de 1.900.000 euros, relativos aos consumos mínimos de água contratualizados entre as partes acrescidos de juros. Estes montantes foram reclamados judicialmente por aquela entidade, sendo que o Município de Óbidos entende que aqueles valores não são devidos conforme referido nas notas ao balanço. Atualmente, as respetivas instâncias encontram-se suspensas e a decorrer negociação entre as partes. A proposta de acordo encontra-se a aguardar parecer por parte da ERSAR.

A certificação legal das contas individuais do Município de Óbidos de 2018 inclui ainda uma ênfase decorrente de se encontrarem em curso vários processos contra o município que à data não é possível saber o desfecho. O Município de Óbidos reconheceu provisões para riscos e encargos no montante total de 768.442,53 euros montante que entende ser suficiente para face a eventuais dispêndios que venham a ser necessários aquando da conclusão dos processos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



SÓCIEDADE
DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



SOCIEDADE
DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 5 de junho de 2019

Cristina Coito Roque (ROC 1526) em representação de
João Monarca Pires & Associado, SROC, Lda.

